

Religião e política no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000: o protagonismo dos evangélicos

Religion and politics in Brazil in the early decades of the 2000s: the role of evangelicals

Magali do Nascimento Cunha

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), Brasil

Resumo

Fenômenos interligados entre si e relacionados aos quadros sociocultural e político brasileiros delineados nas primeiras décadas dos anos 2000, colocaram os evangélicos (o segmento cristão não-católico romano e não-ortodoxo) em evidência no cenário do país. Trata-se do fortalecimento do grupo pentecostal, da intensa ocupação de mídias tradicionais e digitais, do crescimento do mercado gospel, da ocupação de espaços nos poderes executivo, legislativo e judiciário nos diferentes níveis do Estado, da emergência de um ativismo político dos fiéis. Identifica-se neste contexto uma nova face do conservadorismo religioso, um neoconservadorismo, na forma de reação a transformações socioculturais experimentadas no período com a abertura e a potencialização de políticas públicas voltadas para direitos humanos, em particular os de gênero. Três elementos emergem da observação destes fenômenos: a reconfiguração do lugar dos evangélicos brasileiros na política; a emergência de novas expressões de fundamentalismos no Brasil contemporâneo; as transformações na relação entre mídia e religião. A proposta deste estudo é refletir sobre estes três temas referenciando-o nos aportes teóricos das ciências da religião e na interface comunicação e política.

Palavras-chave

Religião.
Política.
Evangélicos.
Mídias.
Conservadorismo.

Abstract

Phenomena interconnected and related to the Brazilian socio-cultural and political frameworks outlined in the first decades of the 2000s, put evangelicals (the non-Catholic and non-Orthodox Christian segment) in evidence in the country. It is the strengthening of the Pentecostal group, the intense occupation of traditional and digital media, the growth of the gospel market, the occupation of spaces in the executive, legislative and judiciary branches at different levels of the State, the emergence of political activism by the believers. In this context, a new face of religious conservatism is identified, a neoconservatism, in the form of reaction to socio-cultural transformations experienced in the period with the opening and strengthening of public policies focused on human rights, particularly those related to gender. Three elements emerge from the observation of these phenomena: the reconfiguration of the place of Brazilian evangelicals in politics; the emergence of new expressions of fundamentalism in contemporary Brazil; the changes in the relationship between media and religion. The purpose of this study is to reflect on these three themes, referencing it in the theoretical contributions of the sciences of religion and in the communication and political interface.

Keywords

Religion.
Politics.
Evangelicals.
Media.
Conservatism.

Introdução

Os quadros sociocultural e político brasileiros relacionados a fenômenos interligados entre si e ocorridos nas primeiras décadas dos anos 2000, colocaram o segmento cristão evangélico em evidência no cenário nacional:

(1) o fortalecimento do segmento Pentecostal, com seu extenso número de igrejas autônomas, autóctones, que deu novos contornos ao cenário do Cristianismo, e provocou um crescimento significativo da população evangélica no País, em termos numéricos e geográficos, ressaltando a forte queda do número de católicos;

(2) a intensa ocupação de espaços nas mídias tradicionais (rádio e TV) por grupos evangélicos, majoritariamente os pentecostais, ampliada pela extensa participação das várias denominações e sua liderança nas mídias digitais;

(3) o crescimento do mercado da religião e o avanço do marketing religioso, que consolida os cristãos como um segmento de mercado, por meio da oferta de produtos e serviços especialmente concebidos para atender às suas necessidades religiosas, sejam de consumo de bens ou de lazer e entretenimento;

(4) maior ocupação de espaço pelos evangélicos na política institucional, com a consequente consolidação da bancada evangélica no Congresso Nacional, articulada como Frente Parlamentar Evangélica (FPE), e a ampliação dos esforços, da parte de algumas igrejas e de suas lideranças, por mais presença e participação nos poderes executivo, legislativo e judiciário;

(5) emergência de um ativismo político entre evangélicos, para além da política institucional, com discussão e realização de campanhas relacionadas a temas da pauta política, convocação para ações públicas e intensa atividade nas mídias digitais.

Chama a atenção o alcance de uma visibilidade mais intensa de lideranças defensoras de ideias e posturas conservadoras e que se apresentam como modernas, pertencentes aos novos tempos, em que a religião tem como aliados o mercado e as tecnologias. Podemos identificar neste contexto uma nova face do conservadorismo religioso, um neoconservadorismo.

O termo conservadorismo aqui é o referido na ciência política, no que concerne a posições que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras (BONAZZI, 1998, p. 242). Houve transformações nestas bases ao longo do século XX no Brasil no que se refere aos evangélicos: emergiram grupos abertos à atuação social e ao ecumenismo que tiveram presença importante na vida pública do país (TRABUCO, 2016). No entanto, o conservadorismo tem sido predominante entre os evangélicos, característica que se verifica historicamente na omissão das igrejas frente à implantação da ditadura militar no Brasil (1964-1985), postura associada ao isolamento de demandas sociais e de participação política, como mencionado do item deste texto, e também tornou possível o alinhamento de parte das lideranças evangélicas com o governo de exceção (CNV, 2014).

A referência a um “neoconservadorismo” corresponde, no Brasil, às reações a transformações socioculturais que o país experimentou, em especial a partir dos anos 2002, com a abertura e a potencialização de políticas voltadas para direitos humanos e gênero. O prefixo “neo” se deve à forma como as lideranças evangélicas se apresentam: como pertencentes aos novos tempos, em que a religião tem como aliados o mercado, as mídias e as tecnologias - mas que se revelam defensoras de um conservadorismo explícito e discursos de rigidez moral, visando a conquista de poder na esfera pública (CUNHA, 2019).

Três elementos emergem da observação destes fenômenos: a reconfiguração do lugar dos evangélicos na política; a emergência de novas expressões de fundamentalismos no Brasil contemporâneo; as transformações na relação mídia-religião. A proposta deste artigo é refletir sobre estes três temas referenciando-o nos aportes teóricos das ciências da religião e na interface comunicação e política.

A reconfiguração do lugar dos evangélicos na política

Este estudo refere-se a “evangélicos” como os cristãos não-católicos e não-ortodoxos identificados na população brasileira. De acordo com o Censo do Brasil 2010, os cristãos representam 86,8% da população - quase nove em cada 10 brasileiros. Neste agrupamento religioso encontram-se fundamentalmente dois segmentos: os católico-romanos, 64,6% (queda de 9,27 em relação ao Censo de 2000), e os evangélicos, 22,2% (crescimento de 6,4 em relação ao censo anterior). As estimativas para o Censo 2020 é que os evangélicos ultrapassarão os 30% da população.

De acordo com Cunha (2007), independente das peculiaridades dos distintos grupos que formam o segmento marcado pela pluralidade, os evangélicos brasileiros são historicamente identificados nos estudos de religião, por:

(1) uma predominante leitura fundamentalista (descontextualizada) do texto sagrado cristão, a Bíblia¹;

(2) ênfase na piedade pessoal, na busca da salvação da alma (influência do puritanismo e do pietismo dos pioneiros missionários que vieram do sul dos EUA do século XIX ao Brasil);

(3) frequentes posturas de rejeição das manifestações culturais não cristãs do país (fruto da mesma ação de missionários);

(4) um isolamento das demandas sociais (resultante da espiritualização das questões da existência individual e social), entre elas a participação política.

Esta configuração identitária, conservadora, deixou suas marcas na dinâmica que dá forma a esse segmento religioso tão diverso, no entanto, como mencionado na introdução deste estudo, transformações no modo de ser evangélico, na passagem do século XX para o XXI, provocaram alterações desse quadro.

Uma dessas transformações contemporâneas é identificada no apagamento da máxima "crente não é deste mundo, por isso não se mete em política". Participação política até então era interpretada como algo "do mundo", identificado a paixões terrenas. Esta mudança ocorreu especialmente a partir das eleições para o Congresso Constituinte de 1986, quando foi formada a primeira bancada evangélica. A partir dali, pode-se dizer que a postura de isolamento deste segmento com relação à participação política - até então interpretada como algo "do mundo", identificado a paixões terrenas - passou a conviver com outros ideais, que podem ser resumidos na formulação "irmão vota em irmão" (FREESTON, 2006). Depois de altos e baixos numéricos, decorrentes de casos de corrupção e fisiologismo, a bancada evangélica se consolidou como força, o que resultou na criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2003.

¹ O fundamentalismo, como trataremos adiante, é um movimento religioso conservador, nascido entre os protestantes dos EUA no início do século XX, que tem como princípio os "Fundamentals" – elementos elencados como fundamentos da fé e da doutrina cristãs, baseados na interpretação literal de narrativas e ensinamentos da Bíblia. Sobre o Fundamentalismo, suas origens e ênfases, ver DREHER, Martin N. **Para entender o fundamentalismo**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002. Sobre a identidade evangélica no Brasil e o fundamentalismo, ver MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2002.

Até 2010, esses parlamentares não eram identificados como conservadores do ponto de vista sociopolítico e econômico. Suas vitórias consistiam em barrar o avanço de projetos considerados ofensivos à moralidade sexual religiosa: descriminalização do aborto e casamento gay, especialmente. Seus projetos raramente interferiam na ordem social: se revertiam em “praças da Bíblia”, criação de feriados para concorrer com os católicos, benefícios para templos. O perfil dos partidos aos quais a maioria desses políticos estava afiliada refletia isto, bem como recorrentes casos de fisiologismo (CUNHA, 2019).

A partir de 2010, com as eleições presidenciais e do novo Congresso, podemos identificar uma potencialização da força dos evangélicos na arena política brasileira. É possível listar alguns fatores que contribuíram para esta mudança (CUNHA, 2019):

(1) uma nova aproximação dos políticos evangélicos com o governo federal. Ela já havido sido forte durante o Congresso Constituinte, foi enfraquecida nos anos 1990, apesar de todo o apoio eleitoral dado por lideranças das diferentes igrejas às candidaturas de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, mas se renovou com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à presidência, em 2002. Esta situação foi facilitada pelas alianças feitas pelo PT com diversos partidos, nos quais deputados evangélicos estavam alocados, e à estratégia de campanha de aproximação com lideranças evangélicas das igrejas e da política partidária a fim de se superar a demonização da figura de Lula como comunista, opositor das igrejas, com a abertura do governo a várias iniciativas e a diversas lideranças evangélicas.

(2) Duas igrejas evangélicas tornam visíveis seus projetos de ocupação da política institucional do país: as Assembleias de Deus (AD) e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Ambas passaram a ocupar, depois de 2003, espaços plenos de poder em partidos (respectivamente o Partido Social Cristão/PSC e o Partido Republicano Brasileiro/PRB que, em 2019, teve o nome alterado para Republicanos) e em cargos públicos, como as inéditas nomeações de Ministros de Estado de Dilma Rousseff (2011-2016): Marcelo Crivella (PRB, Pesca, IURD), George Hilton (PRB, Esportes, IURD), e de Michel Temer: Marcos Pereira (PRB, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, IURD),

Ronaldo Nogueira (PTB, Trabalho, AD). A Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil tem trabalhado para o registro do seu próprio partido, o Partido Republicano Cristão (PRC). Nos últimos pleitos eleitorais, as ADs foram capazes de lançar dois candidatos à Presidência da República, Marina Silva (2010 e 2014) e o Pastor Everaldo (2014), e a IURD conseguiu eleger o bispo e senador Marcelo Crivella como Prefeito do Rio de Janeiro (em 2016), o que dá o tom da força política alcançada por estas duas denominações evangélicas.

(3) A partir de 2010 as grandes mídias passaram a enfatizar o tema dos direitos LGBTI+ na campanha eleitoral e nos projetos debatidos no Congresso Nacional (Plano Nacional de Direitos Humanos-3). Junto com este tema, veio também a pauta da legalização do aborto, com pressão sobre a então candidata à Presidência da República, pelo PT, Dilma Rousseff. Houve muita mobilização de grupos evangélicos contra Dilma Rousseff, cuja campanha era defensora destes temas. Em 2013, o Caso Deputado Marco Feliciano (à época PSC/SP) retomou com força estas temáticas, com amplo espaço nas mídias. Foi a inusitada nomeação do deputado como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados sob escândalos que estiveram a ele relacionados referentes a declarações racistas e homofóbicas. Este processo culminou no revigoramento das bandeiras políticas conservadoras da Bancada Evangélica e de lideranças evangélicas, com projetos de visibilidade pública em torno da garantia da moralidade sexual no plano da legislação, sob o rótulo “Defesa da Família Tradicional” contra movimentos feministas e LGBTI+. Na esteira desta tendência, houve o fortalecimento do Partido Social Cristão (PSC) nas eleições de 2014, favorecendo o lançamento de candidato próprio à Presidência da República, o Pastor Everaldo, e projetando a candidatura do deputado federal Jair Bolsonaro (ex-PSC, depois PSL) à Presidência da República em 2018;

(4) A eleição do deputado federal evangélico Eduardo Cunha (PMDB/RJ) como presidente da Câmara dos Deputados, em 2015, ano de sua transferência da Igreja Sara a Nossa Terra para a Assembleia de Deus, contribuiu para uma reconfiguração da presença dos evangélicos na política nacional e para o fortalecimento de pautas conservadoras no congresso. Eduardo Cunha foi líder do antigo partido PMDB e atuou intensamente na

articulação do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2015 e 2016. Sua queda foi postergada, pelo papel que exerceu no processo de impeachment, mas não foi evitada: Eduardo Cunha foi preso, em 2016, com acusações de corrupção, pela Operação Lava Jato da Polícia Federal (PF). Da prisão continuou a exercer influência sobre deputados que lhe devem lealdade;

(5) Uma série de pautas garantidoras da moralidade religiosa puritana, sob o rótulo de “defesa da família”, ganhou espaço na Câmara dos Deputados a partir de 2015, em especial sob a liderança de Eduardo Cunha, na forma de projetos de lei e projetos de emendas constitucionais e mais espaço foi dado para pautas relativas a privilégios à atuação pública das igrejas;

(6) Posicionamentos de políticos evangélicos ganham espaço para além das pautas religiosas, por meio de alianças com parlamentares e frentes conservadoras, para a revisão de temas sociais como a redução da maioria penal e fim do Estatuto do Desarmamento. A articulação da bancada ironicamente denominada BBB (Bala/Segurança, Boi/Ruralista e Bíblia/Evangélica) torna este processo visível assim como se deu o apoio de evangélicos à candidatura do deputado Jair Bolsonaro, à Presidência da República em 2018;

(7) A Operação Lava Jato, da Polícia Federal com a Força Tarefa do Ministério Público Federal (MPF), que investiga crimes de corrupção na Petrobrás, ganha caráter messiânico com a liderança do procurador evangélico Deltan Dallagnol;

(8) As mídias noticiosas consolidam a figura do pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Silas Malafaia, como porta-voz dos evangélicos. Ele foi credenciado nos espaços midiáticos como “a” voz apta a emitir opiniões e avaliações sobre a relação evangélicos-política. Ele tornou-se porta-voz do discurso conservador de defesa da “família tradicional”, de reação contrária a avanços sociais, em especial no tocante aos direitos das mulheres e aos direitos sexuais. É possível afirmar que o discurso conservador de Malafaia alcança amplo espaço nas grandes mídias, pois responde a expectativas com a religião (imaginário e ideologia) da parte dos produtores do noticiário. A acreditação de Silas Malafaia como grande líder evangélico, atuando como

porta-voz do grupo, foi também consolidada em mídias religiosas de grande alcance;

(9) As mídias religiosas passam a dar visibilidade e a alimentar as ênfases temáticas e as dinâmicas em torno de pautas da moralidade sexual, veiculadas nas grandes mídias, em especial em torno da “guerra” entre políticos evangélicos e militantes de movimentos feministas e LGBTI+. Com isso, essas mídias proporcionaram a recriação do “imaginário do inimigo” entre os evangélicos com abordagens como “salvar a família” dos militantes LGBTI+, das feministas e da esquerda, cujo projeto maior seria o de implantar o comunismo no país. Estes temas passaram a aparecer em conteúdo de campanha de candidatos a cargos públicos e estão presentes em discursos de lideranças das igrejas. Neste contexto, as mídias religiosas contribuíram na recriação do imaginário da perseguição dos evangélicos em terras brasileiras, presente desde a implantação do protestantismo no século XIX, e do estímulo a uma “guerra espiritual” como resposta;

(10) A eleição do capitão reformado do Exército Jair Bolsonaro à Presidência da República do Brasil, em 2018, potencializou o protagonismo dos evangélicos na arena política. O apoio religioso ao presidente eleito, especialmente cristão (de católicos e evangélicos), se destaca neste quadro, e chama a atenção que Bolsonaro tenha sido o primeiro presidente a enfatizar em campanha e depois da vitória um discurso explicitamente cristão, conservador, de tendência evangélica. Jair Bolsonaro declara-se católico², mas tem alianças muito estreitas com políticos evangélicos e lideranças políticas deste segmento. Isto passou a ser evidenciado nas eleições de 2010, quando houve intensa oposição de líderes evangélicos contra a candidatura de Dilma Rousseff, muito por conta das pautas progressistas que ela defendia, relacionadas às causas feministas e LGBTI+.

Em 2016, com a oposição a Dilma Rousseff potencializada e o processo de impeachment instaurado, Jair Bolsonaro deixa o Partido Progressista (PP), onde havia atuado por sete anos, e se filia ao Partido Social Cristão (PSC). A

² Jair Bolsonaro, presidente de Brasil: “No quiero que Argentina siga la línea de Venezuela, por eso apoyo la reelección de Macri”. Entrevista Exclusiva a Guido Nejamkis. **Clarín**, 14 jul 2019. Disponível em https://www.clarin.com/mundo/jair-bolsonaro-presidente-brasil-quiero-argentina-siga-linea-venezuela-apoyo-reeleccion-macri_0_r0JjNpoAE.html. Acesso em 1 out 2019

Fronteiras, Recife, v. 3, n. 1, p. 40-65, jan./jun., 2020

transferência foi simbolizada com um ritual religioso: o capitão reformado foi batizado em Israel, nas águas do rio Jordão, em cerimônia realizada pelo Pastor Everaldo, presidente do partido. O episódio fez com que muitos membros de igrejas acreditassem que o então deputado havia se convertido à fé evangélica. A candidatura de Bolsonaro à Presidência encontrou apoio deste grupo religioso e também de católicos identificados com o discurso ultraconservador, de extrema-direita, com propostas imediatistas e vingativas para pôr fim à violência urbana e para salvar a família contra uma suposta ditadura gay e feminista. Este apoio se manteve no primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro como presidente, como será abordado adiante.

Estes elementos compõem o quadro que hoje coloca os evangélicos como grupo religioso protagonista no processo político em curso no Brasil, o que resulta na intensa visibilidade da Bancada Evangélica no Congresso Nacional, e também o surgimento de lideranças religiosas ativistas políticas não institucionais, com forte presença nas redes sociais digitais (CUNHA, 2019).

A emergência de novas expressões fundamentalistas entre os evangélicos no Brasil

O fundamentalismo religioso surgiu nos primórdios do século XX, entre protestantes dos EUA, como uma reação contra os valores da modernidade iluminista e humanista, que colocaram em xeque a centralidade do Cristianismo na cultura ocidental, provocando o processo de secularização. Este clima social promoveu também o diálogo da teologia com as ciências humanas e sociais e o surgimento das ciências bíblicas e da teologia liberal, elementos inaceitáveis para os defensores dos fundamentos da fé pela revelação do texto sagrado literal. Característica comum deste posicionamento religioso é a revelação “como princípio estruturante da organização da sociedade em todas as suas dimensões” (SANTOS, 2014).

A revelação é ligada à escritura, à Bíblia, onde se encontram os fundamentos da fé, cuja leitura deve ser feita por meio de interpretação

literal, sem mediação, como base para a organização da vida social e política. Estes fundamentos da fé promovem a construção de toda compreensão da vida com base em dualismos: bem-mal, certo-errado, pecado-salvação, sagrado-mundano. E, com isso, se estabelece fronteiras religiosas em relação ao que deve ser apoiado e praticado e ao que deve ser abandonado e recusado por parte dos fiéis.

Tendo como âncora a defesa do mito da civilização cristã ocidental, corporificada na cultura dos países protestantes dominantes, o fundamentalismo evangélico pleiteia para si o cristianismo verdadeiro recusando o diálogo ecumênico (MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 2002).

Em diferentes épocas e lugares, o fundamentalismo ganha novas formas sem deixar de manter essas bases atreladas à sua vocação de reação ao novo e à contextualização. É nesse sentido que, de um modo geral, evangélicos fundamentalistas reagem à modernidade representada nas novas formas de família, à educação sexual e à autonomia das mulheres sobre seu próprio corpo, principalmente na questão do aborto, que são avaliadas como práticas contrárias aos valores cristãos, contidos nas escrituras sagradas. Com isso, advogam a defesa da família tradicional, formada por marido, mulher e filhos e a autoridade do homem como chefe dessa família (SANTOS, 2014). Alguns grupos defendem ainda o ensino da Bíblia nas escolas, especialmente na oposição entre as ciências e a ação de Deus no mundo (Criacionismo x Evolucionismo, por exemplo).

Os conteúdos fundamentalistas presentes nos discursos e nas práticas de lideranças evangélicas no Brasil, nas igrejas, na política e nas mídias, não apresentam novidade. Além da ênfase no controle dos corpos, o tom dessas abordagens teológicas justifica, por exemplo, posições racistas embasadas na leitura fundamentalista de textos da Bíblia. Também faz parte deste repertório as reflexões teológicas que defendem a existência de um Deus Guerreiro e Belicoso, e incentivam a discriminação a quem lhes faz oposição ou tenha posição diversa, como agentes do diabo³.

³ Essas afirmações podem ser encontradas em postagens do Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) no Twitter e no Youtube e registradas em matérias noticiosas como: BALZA, Guilherme. Deputado federal diz no Twitter que "africanos descendem de ancestral amaldiçoado. UOL Notícias, 1 mar 2013. Disponível em:

O que é novo, em relação aos fundamentalismos evangélicos no Brasil contemporâneo, é a visibilidade alcançada por estas lideranças na esfera pública, seja por meio da mídia, ultrapassando as fronteiras evangélicas - como Silas Malafaia, cantores gospel e novas celebridades religiosas que têm se tornado amplamente conhecidas - seja por meio de projetos de articulação e acúmulo de forças no campo político.

Essas novas expressões fundamentalistas emergem como reação às transformações socioculturais que o país tem experimentado, em especial a partir dos anos 2002, com a abertura e a potencialização de políticas voltadas para direitos humanos e gênero (VITAL DA CUNHA; LOPES; LUI, 2017). São novas por conta da forma como as lideranças evangélicas que as defendem se apresentam: como pertencentes aos novos tempos, em que a religião interage o mercado, as mídias e as tecnologias - mas que se revelam defensoras de princípios fundamentalistas, com discursos de rigidez moral, visando à conquista de poder no espaço público (CUNHA, 2014).

Vale destacar que as novas expressões fundamentalistas evangélicas não são um dado isolado, e sim parte de um contexto de fortalecimento de posturas conservadoras na arena pública brasileira em geral.

Pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência, em fevereiro de 2018⁴, sobre a opinião da população quanto a temas polêmicos revelou que o grau de conservadorismo entre brasileiros teve aumento. Na classificação de conservadorismo em baixo, médio e alto, a proporção da população com alto grau de conservadorismo cresceu de 49% em 2010 para 54% em 2016 e chegou a 55% em 2018.

Houve um crescimento significativo na opinião em relação a algumas questões, especialmente entre os mais escolarizados, os mais velhos, famílias com renda entre 2 e 5 salários mínimos, moradores do Norte e Centro-Oeste e

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldicoado.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 5 mai 2018. EM novo vídeo, Marco Feliciano diz que Caetano é do diabo. Veja, 10 abr 2013. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/em-mais-um-video-na-internet-marco-feliciano-diz-que-caetano-veloso-e-do-diabo>. Acesso em 5 mai 2018.

⁴ Ibope Inteligência. Pesquisa de Opinião Pública Sobre Favorabilidade a Assuntos Específicos, fevereiro 2018. Disponível em:

http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_0104_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas.pdf. Acesso em 20 novembro 2019

os que não são nem católicos e nem evangélicos. A defesa da prisão perpétua para crimes hediondos aumentou de 66% em 2010 para 78% em 2016 e manteve o patamar com 77% em 2018. O apoio à redução da maioria penal - para permitir que adolescentes sejam julgados como adultos - teve 63% em 2010, passou para 78% em 2016 e teve uma pequena queda para 73% em 2018.

A posição de apoio à pena de morte cresceu de 31% na primeira pesquisa para 49% na segunda e chegou a 50% em 2018. Metade dos entrevistados é contra o casamento homoafetivo (um crescimento de 44% em 2016 para 54% em 2018) e 80% são contra a legalização do aborto (78% em 2010 e em 2016 e 80% em 2018).

No perfil “religião”, os evangélicos se mantêm como os mais conservadores entre os brasileiros, com um aumento constante do índice entre eles na pesquisa Ibope Inteligência desde 2010. O conservadorismo também cresceu entre os católicos, mas em proporção menor, e desacelerou nos dois últimos anos.

Os resultados da pesquisa do Ibope Inteligência, em 2018, indicavam que candidatos de perfil mais conservador teriam mais alcance do que os liberais diante do maior conservadorismo de costumes (contra a legalização do aborto e o casamento de homossexuais) e do punitivismo em alta (apoio à pena de morte, redução da maioria penal e prisão perpétua). A vitória de Jair Bolsonaro confirmou essa indicação.

No entanto, o Brasil não é um caso isolado, de acordo com estudos sobre o fortalecimento de grupos conservadores nos Estados Unidos e na Europa. Michael Löwy afirma sobre o caso europeu:

As eleições europeias confirmaram uma tendência observada já há alguns anos na maior parte dos países do continente: o crescimento espetacular da extrema direita. (...) Essa extrema direita é muito diversa, podendo-se observar uma vasta gama que vai desde os partidos abertamente neonazistas - como o Aurora Dourada grego - até as forças burguesas perfeitamente integradas no jogo político institucional, como a suíça UDC (União Democrática de Centro). O que eles têm em comum é o nacionalismo excessivo, a xenofobia, o racismo, o ódio contra imigrantes - principalmente "extraeuropeus"- e contra ciganos (o mais velho povo do

continente), a islamofobia e o anticomunismo. A isso se pode acrescentar, em muitos casos, o antissemitismo, a homofobia, a misoginia, o autoritarismo, o desprezo pela democracia e a eurofobia. Quanto a outras questões - por exemplo, ser a favor ou contra o neoliberalismo ou a laicidade - a corrente se mostra mais dividida. Seria um erro acreditar que o fascismo e o antifascismo são fenômenos do passado (LÖWY, 2014).

É nesse contexto que o então deputado Jair Bolsonaro (PSL/RJ), em 2013, como suplente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em 2013, afirmou: "Como capitão do Exército, sou um soldado do Feliciano", e acrescentou:

A agenda antes era outra, de uma minoria que não tinha nada a ver. Hoje, representamos as verdadeiras minorias. Acredito no Feliciano, de coração. Até parece que ele é meu irmão de muito tempo. Não sinto mais aquele cheiro esquisito que tinha aqui dentro e aquele peso nas costas (COSTA, 2013).

Bolsonaro, antes da campanha eleitoral 2018, tinha um histórico de posicionamentos racistas e de conflito com ativistas sociais e militantes de movimentos LGBTI+. Na mesma linha, o mencionado pastor Silas Malafaia tornou-se amplamente conhecido por polêmicas midiáticas contra os direitos LGBTI+ e o aborto, desde a campanha presidencial de 2010⁵.

Observa-se, portanto, um contexto no qual tem se fortalecido a articulação entre políticos conservadores não vinculados às igrejas evangélicas, lideranças políticas evangélicas e lideranças evangélicas midiáticas, compondo um quadro de reverberação de pautas conservadoras, com amplo apoio do eleitorado nacional, como se verificou nas eleições de 2018. O fundamentalismo religioso evangélico que havia adquirido, nos anos 1980, contornos de uma religiosidade partidária, com a Maioria Moral nos EUA, ganhou versão brasileira, 40 anos depois, com o Bolsonarismo (ROCHA, 2019).

⁵ Em novembro de 2011, chegou a pedir à presidente Dilma Rousseff, da tribuna da Câmara, para que ela assumisse se gostava de homossexuais. Em março do mesmo ano, respondeu que "não discutiria promiscuidade" ao ser questionado em um programa de TV pela cantora Preta Gil sobre como reagiria caso o filho namorasse uma mulher negra. Sobre o caso ver a matéria CASTRO, Juliana. Preta Gil vai processar Jair Bolsonaro por declarações em programa de TV. **O Globo**, 29 mar 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/politica/preta-gil-vai-processar-jair-bolsonaro-por-declaracoes-em-programa-de-tv-2803805#ixzz2tU4qowTO>. Acesso em 5 mai 2018.

Bolsonarismo e religiosidade partidária evangélica

No primeiro pronunciamento, após os resultados eleitorais, em 28 de outubro de 2018, o presidente eleito do Brasil Jair Bolsonaro citou o nome de Deus várias vezes e disse: “O nosso slogan eu fui buscar naquilo que muitos chamam de caixa de ferramenta para consertar o homem e a mulher, que é a Bíblia Sagrada. Fomos em João 8:32: ‘E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará’”⁶. A partir daí, cada mês do primeiro ano de governo de Bolsonaro foi marcado por novas sinalizações da inédita aliança com uma parcela significativa dos evangélicos brasileiros.

Entre os muitos exemplos, entre participações em cultos e reuniões com líderes evangélicos, é possível destacar dois. Em outubro de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro declarou, por meio de videoconferência no 3º Simpósio Nacional Conservador, realizado no interior do Estado de São Paulo, que estaria preparando mudanças nas agências nacionais de cultura. “A gente não vai perseguir ninguém, mas o Brasil mudou. Com o dinheiro público não veremos mais certo tipo de obra por aí. Isso não é censura. Isso é preservar os valores cristãos...”, declarou⁷.

Dois meses antes, em agosto, Jair Bolsonaro já havia buscado agradar o segmento conservador evangélico quando defendeu que o presidente da Ancine (Agência Nacional de Cinema) deveria ser um evangélico que conseguisse “recitar de cor 200 versículos bíblicos, que tivesse os joelhos machucados de tanto ajoelhar e que andasse com a Bíblia debaixo do braço”⁸.

De fato, o voto de evangélicos representou um peso significativo nas eleições 2018 e continua sendo uma importante base de apoio para o governo

⁶ BOLSONARO afirma em seu primeiro discurso que terá governabilidade; leia íntegra. **Folha de S. Paulo**, 28 out 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-afirma-em-seu-primeiro-discurso-que-tera-governabilidade-leia-integra.shtml>. Acesso em 1 out 2019.

⁷ Bolsonaro diz que veto a obras culturais não é 'censura', mas sim 'preservar valores cristãos'. O Globo, 5 outubro 2019, disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/bolsonaro-diz-que-veto-obras-culturais-nao-censura-mas-sim-preservar-valores-cristaos-23998872> Acesso em: 20 nov 2019

⁸ BRANT, Danielle. Bolsonaro quer evangélico que 'recite versículos bíblicos' na Ancine. Folha de S. Paulo, 31 ago 2019. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/08/bolsonaro-quer-evangelico-que-recite-versiculos-biblicos-na-ancine.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em 20

novembro 2019.

federal que se mostrou, ao longo do primeiro ano de mandato, desarticulado e sem projetos de apelo popular.

Segundo pesquisas eleitorais no Brasil, 69% de evangélicos e 51% de católicos depositaram votos em Jair Bolsonaro nas eleições 2018 (ALVES, 2018). Fonseca (2018) reconhece que os números das pesquisas que relacionam evangélicos à votação de Bolsonaro impressionam. Em números absolutos, entre os 42 milhões de eleitores evangélicos, Bolsonaro obteve cerca de 20 milhões de votos e Haddad 10 milhões. Brancos, nulos e abstenções teriam ficado em torno de 12 milhões, o que representaria cerca de 67% dos votos válidos de evangélicos para Bolsonaro, enquanto Haddad teria recebido 33%.

No entanto, Fonseca chama a atenção para o fato de que a diferença de votos entre os evangélicos foi praticamente a mesma diferença final geral obtida entre os candidatos. Por isso, o pesquisador alerta que é preciso olhar o peso do voto dos evangélicos a Jair Bolsonaro mais pelo viés qualitativo do que pelos números.

A aliança de Jair Bolsonaro com evangélicos teve início em 2013, no apoio do ex-capitão ao pastor Marco Feliciano (à época PSC/SP) na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, e se consolidou depois, em 2016, na filiação de Bolsonaro ao PSC (ocupado pela Assembleia de Deus). O consórcio foi simbolizado em batismo no Rio Jordão, apesar dele formalmente continuar católico, como já referido neste estudo.

Como candidato, Bolsonaro desenvolveu boa estratégia de comunicação com discurso que alimentou a pauta de costumes de sua campanha, afetando fortemente o imaginário evangélico conservador calcado na proteção da família tradicional, na heteronormatividade e no controle dos corpos das mulheres. Tornou-se caro a muitos evangélicos imaginar ter no poder maior do país alguém defensor de suas pautas, como “homem simples, do povo, que fala o que pensa” e isto parece ter sido um propulsor do voto que descarregaram em Jair Bolsonaro, ainda que ele tenha mais de um casamento, seja violento e faça uso de linguajar de baixo calão (BRUM, 2019).

Levar em conta estes aspectos supera a noção simplificada de que lideranças religiosas comandaram o voto. É preciso, no caso das eleições de

2018, pensar no alcance do imaginário como um elemento determinante ao apoio evangélico conservador.

É preciso considerar os elementos do mundo e da cultura evangélica que parecem determinantes para a adesão ao bolsonarismo. Um deles é a moralidade sexual alimentada pela teologia protestante puritana, que descarta a dimensão da corporeidade e da sexualidade relacionada à realização plena da pessoa e ao prazer, e a classifica como pecado e desvio do objetivo maior, a formação das famílias para procriação. Resultado disso é a submissão da mulher ao poder do homem/patriarca (pai, marido, irmãos, tios, filhos, pastor), a repressão do corpo e a condenação da homoafetividade.

Este aspecto está relacionado a outro muito fortemente presente no imaginário evangélico: o combate a inimigos (CUNHA, 2013). A teologia de um Deus guerreiro e belicoso, o Senhor dos Exércitos, sempre esteve presente na formação fundamentalista dos evangélicos brasileiros, compondo o seu imaginário e criando a necessidade da identificação de inimigos a serem combatidos. Exércitos precisam de inimigos. Historicamente a Igreja Católica Romana sempre foi identificada como tal e combatida no campo simbólico e também no físico-geográfico. Da mesma forma, as religiões afro-brasileiras também ocupam este lugar, especialmente, no imaginário dos grupos pentecostais. O comunismo e seus derivativos são outra forte expressão inimiga desde os anos 1940, com altos e baixos na escala imaginária.

Desde 2010, quando emergiu intensa oposição de líderes evangélicos à candidatura de Dilma Rousseff, mencionada acima, estava atualizado o grande inimigo a ser combatido: pessoas, grupos e partidos defensores da justiça de gênero, considerados ameaças à família e à moralidade sexual evangélica.

Somam-se a esse elemento os quase 30 anos de cultura gospel (CUNHA, 2007) construída via tríade música, mercado e entretenimento, disseminada pelas mídias religiosas e seculares, que tem como uma de suas âncoras teológicas e doutrinárias a “guerra espiritual”. O gospel tem comunicado e ensinado que inimigos da fé, encarnações das potestades do mal, devem ser constantemente combatidos, e eles assumem as identidades bem concretas aqui listadas.

Canções como “O nosso general é Cristo... nenhum inimigo nos resistirá...” foram e ainda são frequente e repetidamente cantadas em boa parte das igrejas, por meio de um processo de educação para a eliminação dos diferentes e dos discordantes. Este discurso se alinha diretamente àquele pregado por Jair Bolsonaro, em sua cruzada moral e bélica.

Essa aliança também representa muito para grupos religiosos que vinham atuando pela ampliação dos espaços de maior poder político. O poder executivo vinha sendo ocupado por evangélicos desde o governo Dilma (senador Marcelo Crivella, da Igreja Universal do Reino de Deus/IURD e o deputado George Hilton, também da IURD nos Ministérios da Pesca e do Esporte). Era uma ocupação significativa, mas não muito expressiva numericamente. No governo Temer, o mesmo ritmo de ocupação foi mantido. Já com Bolsonaro, os militares ocupam de forma expressiva e hegemônica o governo em vários cargos do primeiro escalão, mas dividem este poderio com evangélicos.

A pastora pentecostal Damares Alves ganhou a direção do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O Ministério da Casa Civil foi ocupado pelo luterano Onyx Lorenzoni e o Ministério do Turismo é conduzido pelo membro da Igreja Pentecostal Maranata Marcelo Álvaro Antônio. O ministro da Advocacia Geral da União é o pastor presbiteriano André Luiz Mendonça e o ministro-chefe da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, é um batista. São cinco evangélicos no primeiro escalão do governo federal, fora o número significativo de alocados no segundo, sendo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos o mais ocupado por evangélicos.

A estratégia de dar conta de boa parte da diversidade evangélica nesses cargos (note-se que não há predominância pentecostal, como o noticiário político faz crer) foi bem traçada, revelando habilidade no trato com este grupo religioso. Soma-se a isso o fato de o ex-capitão ter construído uma imagem religiosa de tal forma que muitas pessoas acreditam que ele é evangélico.

Importa ainda destacar o papel do deputado federal assembleiano Marco Feliciano (Podemos/SP) no governo Bolsonaro. Quando, já no início de

2019, o governo federal já vivia crise de projetos e de diplomacia, Feliciano criticou publicamente a comunicação do governo, classificando-a como péssima, acrescentando que o presidente que governa sozinho se torna um “gigante com pés de barro” (FRAZÃO; MOURA; FORMENTIL, 2019). Dali, Feliciano se converteu em vice-líder do governo no Congresso e um dos principais interlocutores do presidente. Com a assessoria do deputado, Bolsonaro passou a frequentar mais intensamente cultos e eventos religiosos.

Portanto, no governo federal, há representatividade e protagonismo da significativa parcela conservadora dos evangélicos, especialmente por conta do alcance de apoio que o governo não encontra em outros segmentos. Evangélicos conservadores são, hoje, portanto, prioridade no governo federal e dão forma a uma religiosidade partidária, Bolsonarista, no Brasil.

As transformações e as novas dimensões na relação mídia-religião-política

As mídias são mediadoras de todo esse processo até aqui descrito, potencializando a visibilidade evangélica no espaço público, promovendo interações entre evangélicos e deles com outros grupos, religiosos ou não. É preciso compreender não apenas a intensa ocupação das mídias tradicionais (rádio e TV) por evangélicos a partir dos anos 1980, por meio de concessões públicas conquistadas pela atuação das Bancadas Evangélicas desde 1987.

É preciso considerar, nesta discussão, o papel das grandes mídias não religiosas, e seus espaços noticiosos e de entretenimento, que popularizaram a presença pública dos evangélicos, como parte do fenômeno “cultura gospel” nos anos 2000 (CUNHA, 2007). É também importante avaliar o lugar das mídias na relação do (novo) ativismo político evangélico com a forte presença de indivíduos, instituições e vinculados a esse segmento religioso nas mídias digitais com inúmeros sites, blogs e perfis em mídias sociais (CUNHA, 2019).

Lima contribui na compreensão deste fenômeno, quando trata do lugar das mídias nas dinâmicas sociopolíticas: o papel e o poder duradouro que elas têm na construção da realidade. As mídias estão no cotidiano da

população e representam diferentes aspectos da vida socioeconômica, política e cultural, representam os políticos e a política. As mídias constroem a política simbolicamente, e é pelas mídias que a política ganha significado (LIMA, 2009). A relação entre evangélicos e política no tempo presente, no Brasil, é uma relação midiaticizada, estruturada pela mediação das mídias. As mídias tornam-se uma “arena de visibilidade” e colocam os evangélicos brasileiros numa “esfera de visibilidade pública” (GOMES, 2005).

É nesse sentido que podemos afirmar com Burity (2016) que os evangélicos deixam de ser os grupos fechados de outrora. A separação social, “do mundo”, deixa de ser um valor evangélico da tradição fundamentalista-puritana, trazida pelos missionários estadunidenses: é um grupo que quer viver uma “vida normal”, ou seja, que combina sua religiosidade com presença nas mídias, com moda própria, com inserção no mundo do mercado e do entretenimento, que cria seus próprios artistas e celebridades. Os evangélicos revelam ter suas próprias reivindicações e sua capacidade de eleger seus próprios representantes para exercerem poder público.

São elementos paradigmáticos na história de mais de 30 anos entre evangélicos-política no Brasil, aos quais se soma outro, muito significativo e transformador desta relação: o ativismo político evangélico. A atividade de evangélicos na política, nos anos 2010, deixa de ser restrita a campanhas nos pleitos periódicos, com a atividade de cabos eleitorais dos candidatos em suas respectivas igrejas. Esse ativismo ganha corpo especialmente por meio das mídias digitais (blogs e mídias sociais), com o envolvimento de lideranças religiosas e fiéis, tanto em campanhas de apoio como de oposição (para que se vote ou não se vote em candidatos), quanto em torno de pautas da política nacional, como no caso do Pastor Marco Feliciano, quando presidente da CDHM, em 2013, o projeto de redução da maioria penal (em 2015) ou o impeachment da presidente Dilma Rousseff (em 2016).

É possível identificar que é no espaço das mídias digitais que a discussão política se tem desenvolvido com mais intensidade e paixão entre evangélicos, com construção e re-construção das visões de mundo (imaginários), com discursos tornados públicos e chamamento a ações coletivas.

Pesquisa realizada pela autora deste artigo indicou um predomínio da corrente conservadora evangélica no Brasil nos espaços midiáticos religiosos e não religiosos tradicionais e digitais (CUNHA, 2019). É o reflexo do predomínio que alcançam no espaço político partidário. Nesse contexto, a ação midiática promove a invisibilidade de outros grupos religiosos e de evangélicos mesmos, de vertente progressista.

Os grupos evangélicos em maior evidência nas mídias tradicionais no Brasil são pentecostais na totalidade, veiculadores das novas expressões fundamentalistas descritas acima, e dispõem de recursos financeiros, alcançados pelas práticas religiosas baseadas na Teologia da Prosperidade. Isso tornou possível a profissionalização de sua presença nas mídias e o estabelecimento de um padrão de visibilidade midiática. Nesse rastro, criou-se uma cultura midiática evangélica que possibilitou que esses grupos e os indivíduos e segmentos evangélicos que neles se inspiram se pusessem inteiramente à vontade no mundo das mídias digitais.

Portanto, os ativistas evangélicos conservadores têm noção do lugar das mídias na conquista de espaço e de visibilidade no espaço público e dominam as técnicas e métodos de alcance das mídias sociais. Esses grupos também têm discursos com teologia e linguagem que respondem ao imaginário fortemente fundamentalista dos evangélicos brasileiros. Recorrem à Bíblia como regra literal de fé e como respaldo às ideias que propagam.

O ativismo progressista evangélico não tem o mesmo nível de alcance dos conservadores: não há celebridades midiáticas nesse grupo; sua teologia e linguagem são conflitantes com o imaginário religioso conservador que caracteriza os evangélicos brasileiros; não têm a simpatia das grandes mídias. Como minoria, os evangélicos progressistas ocupam as mídias digitais e têm este espaço midiático como sua maior possibilidade de expressão no presente. As mídias digitais são o seu ambiente de ação contra-hegemônica tanto na esfera política quanto no cenário evangélico brasileiro, e têm possibilidade, alcance e visibilidade nunca antes alcançada.

Considerações finais

A ascensão da extrema direita no Brasil, potencializada com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, se dá em um contexto de uma expansão do conservadorismo político em diversas partes do mundo. É uma reação aos avanços sociais alcançados, especialmente, no campo das políticas públicas de inclusão social dos mais pobres e de justiça de gênero.

O conservadorismo desses grupos religiosos encontra guarida na onda extremista e torna possível a ascensão de uma direita religiosa com atuação política sem precedentes no contexto brasileiro. São movimentos da dinâmica sociopolítica e religiosa midiaticizada que marcam novas tendências no quadro sociopolítico e carecem de reflexões que levem a ações religiosas, políticas e culturais. O fato é que não se pode mais ignorar ou negar a visibilidade que as religiões alcançaram no espaço público no tempo presente em diversas dimensões. Esse é um fenômeno que marca a dinâmica sociopolítica, cultural e religiosa brasileira, em que os evangélicos se colocam na arena como um bloco visível, organicamente articulado.

Por mais que este quadro promova a intensa disseminação de novas expressões fundamentalistas evangélicas, reacionárias diante dos avanços conquistados em políticas públicas de direitos humanos e sexuais, a presença da vertente cristã evangélica nas mídias e na política não pode ser interpretada como ameaça: é fator revelador do processo democrático em construção desde o final da ditadura militar, nos anos 1980. O pluralismo no Estado laico e democrático representa espaço para posições políticas e ideológicas diferentes. É no confronto e no debate respeitoso entre as diferenças que se abre espaço a mudanças.

Estas posições divergentes estão presentes dentro das próprias religiões, e esta dinâmica deve ser levada em conta na esfera pública. É por isso que a presença de grupos religiosos, abertos aos avanços na afirmação de minorias, em interação com as mais diversas frentes sociais, deve ser valorizada e visibilizada, em especial pelas mídias, com a mesma seriedade que é debitada aos grupos religiosos conservadores.

Essa posição educa para ações de cobrança sobre governos para impedir o uso do Estado para impor a todos os cidadãos o que os grupos religiosos consideram apropriados para seus adeptos e com base nos textos e preceitos sagrados.

O que ameaça a democracia é a ausência de debate e de expressão das diferentes vozes. Isso é o que precisa ser garantido nesse contexto democrático, e é aqui que o lugar da democratização das mídias se reveste de importância. Nesse sentido, todo e qualquer discurso doutrinário ou noticioso que apresente os evangélicos como um grupo homogêneo (a própria cobertura sobre a “Bancada Evangélica” no Congresso Nacional representa uma homogeneidade falsa, que esconde as diferenças), deve ser questionado, rechaçando-se tendências unificantes desse segmento. Afinal, ele é formado por uma expressiva variedade de grupos, de distintas origens, práticas e doutrinas.

As vozes dos grupos evangélicos progressistas que se tornam mais ouvidas, por meio da ocupação mais intensa das mídias digitais, é, por exemplo, elemento a ser considerado.

Portanto, o cenário brasileiro contemporâneo indica: os evangélicos deixam de ser minoria invisível no Brasil, alcançam uma visibilidade midiática e politizada, predominantemente, mas não exclusivamente, conservadora. Isso chama a um amplo debate público, não restrito aos espaços religiosos.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. **Ecodebate**, 31 out. 2019. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em 20 fev 2020.

ALVES, Rubem. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo: Ática, 1979.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**, vol. 1. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 242-246.

BRUM, Eliane. O homem mediano assume o poder. *El País*, 4 Jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html Acesso em 20 fev 2020.

BURITY, Joanildo. Religião, cultura e espaço público: onde estamos na presente conjuntura? In: Mezzomo, F. A., Pátaro, C. S. O, and Hahn F. A. (Eds.) **Religião, Cultura e Espaço Público**. São Paulo/Campo Mourão: Olho D'Água/Fecilcam, 2016. p. 13-50.

CNV - Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos**. Vol. 2. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br>. Acesso em 20 fev 2020.

COSTA, Fabiano, PASSARINHO, Nathalia. 'Sou um soldado do Feliciano', afirma deputado Jair Bolsonaro. *G1*, 27 mar 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/sou-um-soldado-do-feliciano-afirma-deputado-jair-bolsonaro.html>. Acesso em 20 fev 2020.

CUNHA, Magali N. **Do Púlpito às mídias sociais**. Evangélicos na política e ativismo digital. Curitiba: Appris, 2019.

CUNHA, Magali N. Gênero, religião e cultura: um olhar sobre a investida neoconservadora dos evangélicos nas mídias no Brasil. In: SOUZA, Sandra D.; SANTOS, Naira P. (Eds.) **Estudos feministas e religião: tendências e debates**. Curitiba: Prismas/Methodista, 2014. p. 101-126.

CUNHA, Magali N. O lugar das mídias no processo de construção imaginária do "inimigo" no Caso Marco Feliciano. **Comunicação, Mídia e Consumo**, 10(29), p. 51-74, 2013. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/607>. Acesso em 20 fev 2020.

CUNHA, Magali N. **A Explosão Gospel**. Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico contemporâneo. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

DREHER, Martin N. **Para entender o fundamentalismo**. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

FONSECA, Alexandre Brasil. Foram os evangélicos que elegeram Bolsonaro? *IHU On Line*, 7 nov. 2018. Disponível: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584446-foram-os-evangelicos-que-elegeram-bolsonaro> . Acesso em 20 fev 2020.

FRAZÃO Felipe, MOURA, Rafael Moraes, FORMENTI, Ligia. Evangélicos influenciam atos da gestão Bolsonaro. *O Estado de São Paulo*, 15 set 2019.

Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,evangelicos-influenciam-atos-da-gestao-bolsonaro,70003011076>. Acesso em 20 fev 2020.

FRESTON, Paul. **Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política**. Viçosa: Ultimato, 2006.

GOMES Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Famecos** 27, p. 51-78, 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3323/2581>. Acesso em 20 fev 2020.

IBOPE INTELIGÊNCIA. Cresce o grau de conservadorismo do brasileiro em alguns temas. **Ibope Inteligência**, 15 abr. 2018. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/cresce-o-grau-de-conservadorismo-do-brasileiro-em-alguns-temas/>. Acesso em 20 fev 2020.

LIMA, Venício. Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, 51, p. 13-37, 2009.

LÖWY, Michel. Dez teses sobre a ascensão da extrema direita europeia. **Folha de São Paulo (Ilustríssima)**, 15 Jun. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/171148-dez-teses-sobre-a-ascensao-da-extrema-direita-europeia.shtml>. Acesso em 20 fev 2020.

MENDONÇA, Antonio G., Velasques Filho, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2002.

ROCHA, Igor Tadeu Camilo. Fake news e fundamentalismo como formas de ver o mundo. **Justificando**, 12 Mar. 2019. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/03/12/fake-news-e-fundamentalismo-como-formas-de-ver-o-mundo/>. Acesso em 20 fev 2020.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2014.

TRABUCO, Zozimo. **À direita de Deus, à esquerda do povo: Protestantismos, esquerdas e minorias em tempos de ditadura e democracia (1974-1994)**. Rio de Janeiro: Sagga, 2017.

VITAL DA CUNHA, Christina, LOPES, Paulo Victor L., LUI, Janayna. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: ISER, 2017.

Trabalho submetido em 25/03/2020.

Aceito em 23/04/2020.

Magali do Nascimento Cunha

Doutora em Ciências da Comunicação com estágio Pós-Doutoral em Comunicação e Política. Email: magali.ncunha@gmail.com